

Leonardo Vizeu Figueiredo

# Lições de Direito Econômico

**8ª edição**  
revista e atualizada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

*Copyright © 2015 by*

Leonardo Vizeu Figueiredo

- **EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Ana Carolina Caquetti de Barros

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F49L

Figueiredo, Leonardo Vizeu, 1975 –

Lições de direito econômico / Leonardo Vizeu Figueiredo. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6096-4

1. Direito econômico – Brasil. 2. Direito econômico. I. Título.

06-0570

CDU 347.73

## Índice Sistemático

.....	
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
1. Da política.....	1
2. Do direito .....	3
3. Direito público e direito privado.....	4
4. Direito objetivo, subjetivo e potestativo.....	6
5. Direito econômico.....	6
6. Objeto do direito econômico.....	10
7. Características do direito econômico .....	11
8. Relação do direito econômico com a economia .....	14
9. Autonomia do direito econômico .....	16
10. Princípios gerais do direito econômico.....	18
11. Relação com outros ramos do direito .....	24
12. Fontes do direito econômico.....	27
13. Vocabulário.....	30
14. Listagem de exercícios .....	30
<b>Capítulo I – Direito Econômico Comparado: Origens e Evolução do Direito Econômico</b> .....	<b>33</b>
1.1. Evolução histórica da Ordem Econômica Internacional .....	33
1.2. O Estado Democrático de Direito .....	37
1.2.1. Constituição de uma autoridade política.....	38
1.2.2. Contenção da autoridade política .....	39
1.2.3. Representação dos interesses da sociedade.....	40
1.2.4. Pluralismo social e justiça distributiva .....	41
1.3. Sistemas econômicos .....	42
1.3.1. Capitalismo.....	43
1.3.2. Socialismo.....	43
1.4. Conceito de Ordem Econômica.....	44
1.5. Formas de posicionamento econômico do Estado.....	46
1.5.1. Estado Liberal .....	46

1.5.2. Estado intervencionista econômico. . . . .	48
1.5.3. Estado intervencionista social. . . . .	50
1.5.4. Estado intervencionista socialista. . . . .	51
1.5.5. Estado regulador. . . . .	54
1.6. Evolução da Ordem Econômica no Direito Constitucional Comparado. . . . .	55
1.6.1. Considerações sob o atual modelo de intervencionismo Norte-americano de intervenção, em face da crise financeira de 2008. . . . .	57
1.6.2. Considerações sobre o atual modelo de intervencionismo europeu, em face da crise financeira de 2008. . . . .	58
1.6.3. Considerações sobre o atual modelo de intervencionismo oriundo do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. . . . .	59
1.7. Formas de intervenção do Estado na Ordem Econômica. . . . .	63
1.7.1. Direito pátrio. . . . .	63
1.7.2. Direito comparado. . . . .	65
1.8. Escolas do direito econômico. . . . .	66
1.8.1. Escola norte-americana. . . . .	67
1.8.2. Escola europeia. . . . .	68
1.8.3. Escola brasileira. . . . .	69
1.9. Listagem de exercícios. . . . .	70

<b>Capítulo II – Direito Constitucional Econômico: Do Direito e da Ordem Econômica no Sistema Jurídico Pátrio. . . . .</b>	<b>73</b>
2.1. A evolução histórica da Ordem Econômica Nacional. . . . .	73
2.2. Evolução da Ordem Econômica no Direito Constitucional Pátrio. . . . .	76
2.3. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. . . . .	80
2.3.1. Valorização do trabalho humano. . . . .	82
2.3.2. Livre-iniciativa. . . . .	83
2.3.3. Existência digna. . . . .	83
2.3.4. Justiça social. . . . .	84
2.4. Princípios explícitos da Ordem Econômica. . . . .	84
2.4.1. Princípio da soberania nacional. . . . .	85
2.4.2. Princípio da propriedade privada. . . . .	85
2.4.3. Princípio da função social da propriedade. . . . .	86
2.4.4. Princípio da livre-concorrência. . . . .	87
2.4.5. Princípio da defesa do consumidor. . . . .	88
2.4.6. Princípio da defesa do meio ambiente. . . . .	88
2.4.7. Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais. . . . .	89
2.4.8. Princípio da busca do pleno emprego. . . . .	90
2.4.9. Princípio do tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte. . . . .	90

2.5. Princípios implícitos da Ordem Econômica .....	91
2.5.1. Subsidiariedade .....	92
2.5.2. Liberdade econômica .....	92
2.5.3. Igualdade econômica .....	93
2.5.4. Desenvolvimento econômico .....	93
2.5.5. Democracia econômica .....	94
2.5.6. Boa-fé econômica .....	94
2.6. Do livre exercício da atividade econômica .....	94
2.7. Intervenção direta do Estado brasileiro na Ordem Econômica .....	96
2.7.1. Setorização das atividades socioeconômicas da Nação .....	97
2.7.2. Classificação das atividades econômicas .....	99
2.7.3. Proibição de exploração de atividade econômica por parte do Estado .....	101
2.7.3.1. Segurança nacional .....	102
2.7.3.2. Interesse coletivo .....	102
2.7.4. Entidades estatais empresariais .....	103
2.7.5. Monopólio .....	108
2.7.5.1. Monopólio natural .....	109
2.7.5.2. Monopólio convencional .....	109
2.7.5.3. Monopólio legal .....	110
2.7.5.4. Monopólio na CRFB .....	110
2.7.5.5. Da questão do setor postal .....	114
2.7.5.5.1. Da evolução e estruturação do setor postal .....	114
2.7.5.5.2. Da natureza jurídica do setor postal .....	116
2.7.5.5.3. Do posicionamento doutrinário .....	116
2.7.5.5.4. Das antinomias da legislação brasileira .....	117
2.7.5.5.5. Do posicionamento jurisprudencial .....	117
2.7.5.5.6. Da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 46-7 .....	118
2.7.6. Serviços públicos .....	121
2.7.6.1. Classificação .....	122
2.7.6.2. Titularidade .....	123
2.7.6.3. Princípios .....	124
2.7.6.4. Remuneração .....	124
2.7.6.5. Direitos e deveres dos usuários .....	125
2.7.6.6. Execução dos serviços .....	125
2.7.6.7. Serviços delegados – concessão e permissão .....	127
2.7.6.8. Ponderações sobre a prestação de serviços públicos .....	128
2.7.6.9. Dos serviços públicos no direito comparado .....	131
2.8. Intervenção indireta do Estado brasileiro na Ordem Econômica .....	134
2.8.1. Agente normativo: o Estado regulador .....	134
2.8.1.1. Da regulação: origens e conceito .....	135
2.8.1.2. Estrutura da regulação .....	139

2.8.1.3. Tipos de regulação .....	142
2.8.1.3.1. Econômica .....	142
2.8.1.3.2. Serviços públicos .....	143
2.8.1.3.3. Social .....	143
2.8.1.3.4. Ambiental .....	143
2.8.1.3.5. Cultural .....	143
2.8.1.4. Instrumentos de regulação .....	144
2.8.1.5. Mecanismos de mercado e de regulação .....	144
2.8.1.6. Desregulação .....	150
2.8.2. Fiscalização estatal .....	150
2.8.3. Incentivo estatal .....	151
2.8.4. Planejamento estatal .....	152
2.8.5. Contribuição de intervenção no domínio econômico .....	155
2.8.6. Exploração de recursos naturais .....	157
2.9. Investimentos estrangeiros .....	160
2.10. Ordenação dos transportes .....	164
2.11. Promoção e incentivo ao turismo .....	165
2.12. Da política urbana .....	166
2.13. Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária .....	168
2.14. Parcerias público-privadas .....	172
2.14.1. Conceito e classificação .....	172
2.14.2. Princípios e pressupostos .....	173
2.14.3. Da experiência europeia e das expectativas brasileiras .....	174
2.15. Listagem de Exercícios .....	175
<b>Capítulo III – Direito Administrativo Econômico: Agências Estatais .....</b>	<b>191</b>
3.1. Conceito: Agência Reguladora .....	191
3.2. Origens .....	194
3.2.1. O modelo norte-americano .....	194
3.2.2. O modelo europeu .....	197
3.2.2.1. O modelo britânico .....	198
3.2.2.2. O modelo francês .....	198
3.2.2.3. O modelo português .....	199
3.3. Previsão constitucional .....	199
3.4. Características .....	200
3.4.1. Capacidade técnica .....	200
3.4.2. Permeabilidade .....	200
3.4.3. Independência .....	200
3.4.3.1. Independência orgânica .....	201

3.4.3.2. Autonomia administrativa . . . . .	201
3.4.3.3. Conclusões parciais . . . . .	202
3.5. Regime de pessoal . . . . .	202
3.5.1. Dirigentes . . . . .	203
3.5.2. Corpo técnico . . . . .	203
3.5.3. Procuradorias . . . . .	207
3.6. Controle das agências reguladoras . . . . .	208
3.6.1. Controle financeiro . . . . .	208
3.6.2. Controle finalístico ou político-público . . . . .	210
3.6.3. Controle de juridicidade . . . . .	211
3.6.4. Conclusão parcial . . . . .	212
3.7. Poder normativo das agências reguladoras e seus limites . . . . .	212
3.7.1. Da deslegalização, degradação hierárquica ou delegação normativa . . . . .	213
3.7.2. Dos limites do poder normativo das agências reguladoras . . . . .	220
3.7.3. Técnicas de aplicação do poder normativo das agências reguladoras . . . . .	224
3.7.3.1. Complementação normativa da lei . . . . .	224
3.7.3.2. Suplementação normativa da lei . . . . .	225
3.8. Da tributação e da atividade de polícia administrativa das agências reguladoras . . . . .	225
3.9. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP . . . . .	230
3.10. Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL . . . . .	230
3.11. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL . . . . .	231
3.12. Agência Nacional do Cinema – ANCINE . . . . .	231
3.13. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA . . . . .	232
3.14. Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS . . . . .	233
3.15. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT . . . . .	234
3.16. Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ . . . . .	234
3.17. Agência Nacional de Águas – ANA . . . . .	235
3.18. Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA . . . . .	235
3.19. Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE . . . . .	236
3.20. Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC . . . . .	238
3.21. Agência executiva . . . . .	240
3.21.1. Conceito . . . . .	240
3.21.2. Natureza jurídica e características . . . . .	240
3.22. Listagem de exercícios . . . . .	241
<b>Capítulo IV – Direito Administrativo Econômico: Defesa da Concorrência . . . . .</b>	<b>249</b>
4.1. Introdução . . . . .	249
4.2. Evolução histórica . . . . .	252

4.2.1. Direito comparado .....	252
4.2.2. Direito pátrio .....	255
4.3. Base doutrinária e teleológica .....	258
4.4. Previsão constitucional .....	260
4.5. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC .....	261
4.5.1. Finalidades .....	263
4.5.1.1. Controle de estruturas de mercado .....	263
4.5.1.2. Repressão a condutas anticompetitivas .....	266
4.5.1.3. Promoção da cultura da concorrência .....	268
4.5.2. Estrutura .....	269
4.5.2.1. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica .....	269
4.5.2.2. Superintendência-Geral .....	272
4.5.2.3. Departamento de Estudos Econômicos .....	274
4.5.2.4. Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE .....	275
4.5.3. Dos aspectos tributários e financeiros do CADE .....	277
4.5.4. Do papel da Advocacia-Geral da União junto ao SBPC .....	283
4.5.5. Do papel do Ministério Público Federal junto ao SBPC .....	291
4.6. Do campo de aplicabilidade material e territorial da lei .....	294
4.7. Infrações à Ordem Econômica .....	296
4.7.1. Da delimitação da responsabilização .....	297
4.7.2. Da desconsideração da personalidade jurídica .....	299
4.7.3. A regra da razão .....	300
4.7.4. Mercado relevante .....	304
4.7.5. Infrações à Ordem Econômica em sentido <i>lato</i> .....	305
4.7.5.1. Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre-iniciativa .....	306
4.7.5.2. Dominar mercado relevante de bens ou serviços .....	306
4.7.5.3. Aumentar arbitrariamente os lucros .....	307
4.7.5.4. Exercer de forma abusiva posição dominante .....	307
4.7.6. Infrações à Ordem Econômica em sentido estrito .....	307
4.7.6.1. Formação de cartel .....	309
4.7.6.2. Venda casada .....	309
4.7.6.3. Sistemas seletivos de distribuição .....	309
4.7.6.4. Preços predatórios .....	309
4.8. Das penalidades .....	310
4.8.1. Das sanções ordinárias .....	311
4.8.2. Das sanções extraordinárias .....	312
4.8.3. Da cominação pecuniária diária .....	313
4.8.4. Da dosimetria das penalidades .....	315
4.9. Do controle da estrutura de mercados .....	316



4.10. Julgados do CADE . . . . .	318
4.10.1. Súmulas do CADE . . . . .	319
4.10.2. Dos julgados selecionados do CADE . . . . .	320
4.10.3. Do noticiário do CADE . . . . .	327
4.10.4. Jurisprudência . . . . .	330
4.11. Sujeição passiva . . . . .	339
4.12. Do processo administrativo no SBDC . . . . .	339
4.12.1. Da prescrição . . . . .	344
4.12.2. Da ação de reparação . . . . .	350
4.12.3. Do processo administrativo no controle de atos de concentração econômica . . . . .	351
4.12.3.1. Do processo administrativo na Superintendência-Geral . . . . .	352
4.12.3.2. Do processo administrativo no Tribunal . . . . .	353
4.12.3.3. Do recurso contra decisão de aprovação do ato pela Superintendência-Geral . . . . .	354
4.12.3.4. Da aprovação dos atos de concentração em virtude do tempo . . . . .	355
4.12.4. Do procedimento preparatório de inquérito administrativo para apuração de infrações da Ordem Econômica . . . . .	358
4.12.5. Do inquérito administrativo para apuração de infrações da Ordem Econômica . . . . .	359
4.12.6. Do processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações da Ordem Econômica . . . . .	360
4.12.7. Da medida preventiva . . . . .	361
4.12.8. Do compromisso de cessação . . . . .	362
4.12.9. Do Programa de Leniência . . . . .	363
4.12.10. Do acordo em controle de concentrações . . . . .	365
4.13. Do processo de consulta . . . . .	366
4.14. Da execução judicial das decisões do CADE . . . . .	368
4.15. Da intervenção judicial . . . . .	370
4.16. Do conflito de atribuições entre as autoridades concorrenciais e reguladoras . . . . .	372
4.16.1. Da área de atuação das autoridades concorrenciais . . . . .	372
4.16.2. Da área de atuação dos entes reguladores . . . . .	373
4.16.3. Dos modelos de divisão de competências entre a regulação e a defesa da concorrência . . . . .	374
4.16.4. Da solução dos conflitos de competência no âmbito do Poder Constituído Executivo . . . . .	377
4.16.5. Do caso CADE x BACEN . . . . .	378
4.16.5.1. Do posicionamento da Procuradoria do Banco Central . . . . .	378
4.16.5.2. Do posicionamento da Procuradoria do CADE . . . . .	381
4.16.5.3. Do posicionamento da Advocacia-Geral da União . . . . .	383

4.16.6. Do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça .....	389
4.16.7. Conclusão .....	391
4.17. Listagem de exercícios .....	391
<b>Capítulo V – Direito Administrativo Econômico: Sistema Financeiro Nacional ...</b>	<b>399</b>
5.1. Introdução .....	399
5.2. Evolução no Direito Constitucional Pátrio .....	400
5.3. Do sistema financeiro na CRFB .....	401
5.4. Regulação e objetivos .....	402
5.5. Entidades financeiras e congêneres .....	405
5.6. Composição do Sistema Financeiro Nacional .....	406
5.6.1. Órgãos normativos .....	406
5.6.1.1. Conselho Monetário Nacional – CMN .....	406
5.6.1.2. Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP .....	407
5.6.1.3. Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC .....	407
5.6.1.4. Conselho de Política Monetária – Copom .....	407
5.6.2. Entidades supervisoras .....	408
5.6.2.1. Banco Central – BACEN .....	408
5.6.2.2. Comissão de Valores Mobiliários – CVM .....	408
5.6.2.3. Superintendência de Seguros Privados – SUSEP .....	409
5.6.2.4. Secretaria de Previdência Complementar – SPC .....	409
5.6.3. Operadores .....	410
5.6.3.1. Bolsas de valores .....	410
5.6.3.2. Bolsas de mercadorias e futuros .....	410
5.6.3.3. Sociedades seguradoras .....	410
5.6.3.4. Instituto de Resseguros do Brasil – IRB .....	410
5.6.3.5. Sociedades de capitalização .....	411
5.6.3.6. Entidades abertas de previdência complementar .....	411
5.6.3.7. Entidades fechadas de previdência complementar .....	411
5.6.3.8. Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista .....	411
5.6.3.8.1. Bancos comerciais .....	412
5.6.3.8.2. Bancos múltiplos com carteira comercial .....	412
5.6.3.8.3. Caixa Econômica Federal .....	412
5.6.3.8.4. Cooperativas de crédito .....	412
5.6.3.9. Instituições financeiras não captadoras de depósitos à vista .....	413
5.6.3.10. Outros intermediários financeiros .....	413
5.7. Correção monetária .....	413
5.7.1. Evolução no Direito brasileiro .....	415
5.7.2. Do Sistema de Liquidação e de Custódia – SELIC .....	421
5.7.3. Da taxa referencial .....	426

5.8. O mercado bancário . . . . .	428
5.8.1. Operadores . . . . .	428
5.8.2. Produtos e serviços . . . . .	428
5.8.3. Formação da taxa de juros dos empréstimos . . . . .	429
5.8.4. Insolvência, intervenção e liquidação extrajudicial das instituições financeiras . . . . .	429
5.8.4.1. Intervenção . . . . .	430
5.8.4.2. Liquidação extrajudicial . . . . .	431
5.8.4.3. Regime de Administração Especial Temporária . . . . .	432
5.9. Mercado de câmbio . . . . .	435
5.9.1. Estrutura do mercado . . . . .	435
5.9.2. Classificação das operações . . . . .	435
5.9.2.1. Quanto ao objeto . . . . .	435
5.9.2.2. Quanto à forma . . . . .	435
5.9.2.3. Quanto à movimentação . . . . .	436
5.10. O mercado de capitais . . . . .	436
5.10.1. Da definição de valores mobiliários . . . . .	437
5.10.2. Dos valores mobiliários no Direito Comparado . . . . .	439
5.11. Os acordos de Basileia . . . . .	442
5.11.1. Os princípios fundamentais de Basileia . . . . .	444
5.11.2. A reforma dos Acordos de Basileia . . . . .	449
5.12. Da crise financeira de 2008 . . . . .	451
5.12.1. A origem da crise financeira de 2008 . . . . .	451
5.12.2. Os efeitos da crise financeira de 2008 . . . . .	453
5.12.3. Os efeitos da crise financeira de 2008 no Brasil . . . . .	455
5.12.4. Conclusão: o mundo pós-crise . . . . .	455
5.13. Listagem de exercícios . . . . .	457
<b>Capítulo VI – Direito Econômico Internacional: Da Ordem Econômica Inter-</b> <b>nacional . . . . .</b>	<b>465</b>
6.1. Direito Econômico Internacional . . . . .	465
6.1.1. Do reflexo do Direito Econômico na Teoria das Relações Internacionais . . . . .	466
6.1.1.1. O realismo . . . . .	469
6.1.1.2. O liberalismo . . . . .	470
6.1.1.3. O sistema-mundo . . . . .	470
6.1.1.4. O marxismo . . . . .	471
6.1.1.5. A teoria da dependência . . . . .	472
6.1.2. Da análise do Direito Econômico a partir da teoria das Relações Internacionais . . . . .	473
6.1.3. O comércio internacional . . . . .	474
6.1.3.1. O modelo ricardiano . . . . .	475

6.1.3.2. O modelo de Heckscher-Ohlin . . . . .	476
6.1.3.3. O modelo de fatores específicos . . . . .	476
6.1.3.4. O modelo de gravitação . . . . .	476
6.2. Características do Direito Econômico Internacional . . . . .	477
6.2.1. Aderência à realidade flutuante . . . . .	477
6.2.2. Reciprocidade. . . . .	478
6.2.3. Maleabilidade/generalidade . . . . .	478
6.2.4. Prospectividade . . . . .	478
6.2.5. Sanção . . . . .	479
6.3. Sujeitos da Ordem Econômica Internacional . . . . .	479
6.3.1. Estados soberanos . . . . .	480
6.3.1.1. O Estado Constitucional Cooperativo . . . . .	482
6.3.2. Organismos internacionais . . . . .	486
6.3.3. Empresas transnacionais . . . . .	487
6.4. A configuração da Ordem Econômica Internacional . . . . .	488
6.4.1. A Carta do Atlântico . . . . .	489
6.4.2. Os acordos de Bretton Woods. . . . .	490
6.5. A Organização das Nações Unidas e seu papel na Ordem Econômica Internacional. . . . .	491
6.5.1. Antecedentes . . . . .	493
6.5.1.1. Os primeiros organismos internacionais . . . . .	493
6.5.1.2. A Sociedade das Nações . . . . .	493
6.5.2. Estrutura . . . . .	494
6.5.2.1. Assembleia-geral. . . . .	495
6.5.2.2. Conselho de Segurança. . . . .	497
6.5.2.3. Conselho Econômico e Social . . . . .	501
6.5.2.4. Conselho de Tutela . . . . .	502
6.5.2.5. Corte Internacional de Justiça. . . . .	503
6.5.2.6. Secretariado . . . . .	505
6.5.3. Instrumentos de atuação . . . . .	505
6.5.4. O Projeto Milênio . . . . .	506
6.5.5. Organismos e programas vinculados ao Sistema das Nações Unidas . . . . .	506
6.6. A Reconfiguração da Ordem Econômica Internacional . . . . .	508
6.6.1. A Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial . . . . .	510
6.6.2. O Plano de Ação para uma Nova Ordem Econômica Mundial . . . . .	510
6.6.3. A Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados . . . . .	511
6.6.4. Da Justiça Econômica como princípio da reconfiguração da Ordem Internacional. . . . .	513
6.7. Finalidade e princípios da Ordem Econômica Internacional. . . . .	515
6.8. Integração econômica . . . . .	515
6.8.1. Introdução . . . . .	515

6.8.2. Barreiras tarifárias. . . . .	518
6.8.3. Barreiras não tarifárias . . . . .	520
6.8.4. Processo (fases) de integração econômica . . . . .	521
6.8.4.1. Zona de tarifas preferenciais. . . . .	522
6.8.4.2. Zona de Livre-Comércio. . . . .	522
6.8.4.3. União aduaneira . . . . .	523
6.8.4.4. Mercado Comum . . . . .	523
6.8.4.5. União Econômica ou Monetária . . . . .	524
6.8.5. Processo de integração política. . . . .	524
6.8.5.1. Confederação . . . . .	524
6.8.5.2. Federação . . . . .	525
6.9. Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio ( <i>General Agreement on Tariffs and Trade – GATT</i> ) . . . . .	525
6.9.1. Princípios . . . . .	527
6.9.1.1. Cláusula da nação mais favorecida. . . . .	527
6.9.1.2. Cláusula de habilitação. . . . .	527
6.9.1.3. Condições especiais para os países em desenvolvimento. . . . .	527
6.9.1.4. Tratamento nacional . . . . .	528
6.9.1.5. Proteção transparente . . . . .	528
6.9.1.6. Base estável para o comércio . . . . .	528
6.9.1.7. Concorrência leal . . . . .	528
6.9.1.8. Proibição das restrições quantitativas à importação. . . . .	528
6.9.1.9. Adoção de medidas urgentes. . . . .	529
6.9.1.10. Reconhecimento de acordos regionais . . . . .	529
6.9.1.11. Cláusula de evolução . . . . .	529
6.9.2. Rodadas de negociação . . . . .	529
6.10. Organização Mundial do Comércio . . . . .	531
6.10.1. Processo de adesão. . . . .	533
6.10.2. Estrutura organizacional . . . . .	533
6.10.3. Funções . . . . .	535
6.10.4. Sistema de Solução de Controvérsias . . . . .	536
6.10.4.1. Órgão de Solução de Controvérsias . . . . .	539
6.10.4.2. Procedimentos . . . . .	540
6.10.4.2.1. Consultas . . . . .	540
6.10.4.2.2. Grupos especiais. . . . .	541
6.10.4.2.3. Apelação . . . . .	542
6.10.4.2.4. Implementação . . . . .	543
6.11. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. . . . .	544
6.12. Fundo Monetário Internacional . . . . .	545
6.12.1. Princípios do FMI . . . . .	546
6.12.2. Fonte de recursos financeiros do FMI . . . . .	546

6.12.3. Estrutura organizacional . . . . .	546
6.12.3.1. Assembleia de Governadores . . . . .	546
6.12.3.2. Conselho de Administração . . . . .	547
6.12.3.3. Comitê Interino . . . . .	547
6.12.4. Formas de financiamento . . . . .	547
6.13. Banco Interamericano de Desenvolvimento . . . . .	548
6.14. União Europeia . . . . .	549
6.14.1. Introdução . . . . .	549
6.14.2. Órgãos da União Europeia . . . . .	551
6.14.2.1. Conselho Europeu . . . . .	552
6.14.2.2. Conselho da União Europeia . . . . .	553
6.14.2.3. Comissão Europeia . . . . .	554
6.14.2.4. Banco Central e o Sistema Europeu de Bancos Centrais . . . . .	554
6.14.2.5. Parlamento Europeu . . . . .	555
6.14.2.6. Tribunal de Justiça . . . . .	556
6.14.2.7. Provedor de Justiça Europeu . . . . .	557
6.14.2.8. Serviço de Polícia Europeu . . . . .	558
6.14.2.9. Tribunal de Contas . . . . .	558
6.14.2.10. Banco Europeu de Investimentos . . . . .	559
6.14.2.11. Fundo Europeu de Investimentos . . . . .	559
6.14.3. A Crise da Zona do Euro . . . . .	559
6.14.3.1. A origem da crise . . . . .	559
6.14.3.2. O plano de ajuda e seus objetivos . . . . .	560
6.14.3.3. Reflexões sobre a crise do Euro . . . . .	561
6.15. Mercosul . . . . .	561
6.15.1. Introdução . . . . .	561
6.15.2. Órgãos do Mercosul . . . . .	568
6.15.2.1. Conselho do Mercado Comum – CMC . . . . .	569
6.15.2.2. Grupo Mercado Comum – GMC . . . . .	570
6.15.2.3. A Comissão de Comércio do Mercosul – CCM . . . . .	571
6.15.2.4. A Comissão Parlamentar Conjunta – CPC . . . . .	572
6.15.2.5. O Foro Consultivo Econômico-Social – FCES . . . . .	572
6.15.2.6. A Secretaria Administrativa do Mercosul – SAM . . . . .	572
6.15.2.7. O Parlamento do Mercosul . . . . .	573
6.15.3. Sistema de solução de controvérsias . . . . .	576
6.15.3.1. Intervenção do Grupo de Mercado Comum . . . . .	580
6.15.3.2. Tribunal Arbitral <i>Ad Hoc</i> . . . . .	580
6.15.3.3. Tribunal Permanente de Revisão . . . . .	583
6.15.3.4. Reclamações de particulares . . . . .	584
6.15.4. Sistema de defesa da concorrência no Mercosul . . . . .	586
6.15.5. Sistema de defesa comercial no Mercosul . . . . .	591
6.15.6. Da suspensão do Paraguai e da adesão da Venezuela . . . . .	592

6.16. Área de Livre-Comércio das Américas – ALCA.....	596
6.16.1. Introdução .....	596
6.16.2. Fases de negociação.....	598
6.16.2.1. Fase preparatória .....	598
6.16.2.1.1. Primeira fase de negociações .....	599
6.16.2.1.2. Segunda fase de negociações .....	599
6.16.2.1.3. Terceira fase de negociações.....	600
6.16.2.1.4. Quarta fase de negociações (fase final) .....	601
6.16.3. Estrutura.....	604
6.16.4. Órgãos de negociação .....	605
6.16.4.1. Comitê Tripartite .....	605
6.16.4.2. Secretaria administrativa .....	606
6.16.4.3. Foro das negociações .....	606
6.17. Tratado de Livre-Comércio da América do Norte – NAFTA.....	606
6.18. Tratado de Livre-Comércio da América Central – CAFTA.....	607
6.19. União das Nações Sul-Americanas – UNASUL .....	608
6.19.1. Objetivos .....	610
6.19.2. Estrutura.....	613
6.19.2.1. Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo .....	614
6.19.2.2. Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores.....	614
6.19.2.3. Conselho de Delegadas e Delegados .....	615
6.19.2.4. Secretaria-Geral .....	615
6.19.2.5. Banco do Sul .....	616
6.19.2.6. Conselho Energético Sul-Americano.....	616
6.19.2.7. Conselho de Saúde Sul-Americano .....	617
6.19.2.8. Conselho de Economia e Finanças.....	617
6.19.2.9. Conselho de Defesa Sul-Americano.....	618
6.19.2.10. Parlamento Sul-Americano .....	618
6.19.3. Aspectos normativos .....	619
6.19.4. Relações políticas, internacionais e com terceiros.....	620
6.19.5. Processo de adesão.....	620
6.19.6. Aspectos financeiros .....	621
6.19.7. Solução de controvérsias .....	621
6.20. Listagem de exercícios.....	621

**Capítulo VII – Direito Econômico Internacional: Sistema Brasileiro de Comércio Exterior e Defesa Comercial .....** 637

7.1. Sistema Brasileiro de Comércio Exterior e de Defesa Comercial.....	637
7.1.1. Comércio exterior .....	639
7.1.1.1. Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX .....	640

7.1.2. Departamento de Negociações Internacionais – DEINT .....	641
7.1.3. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior – DEPLA .....	641
7.1.4. Mecanismos de Financiamento e de Garantia às Exportações Brasileiras. . .	642
7.1.4.1. Ferramentas de mercado .....	642
7.1.4.2. Ferramentas públicas .....	643
7.1.5. <i>Drawback</i> .....	645
7.2. Câmara de Comércio Exterior – CAMEX. ....	646
7.3. Defesa comercial .....	649
7.3.1. Histórico da defesa comercial no Brasil .....	650
7.3.2. Departamento de Defesa Comercial – DECOM. ....	651
7.3.2.1. Investigação .....	652
7.3.2.2. Apoio ao exportador. ....	653
7.3.2.3. Negociações internacionais .....	654
7.4. Infrações ao comércio exterior. ....	654
7.4.1. <i>Dumping</i> .....	655
7.4.2. Subsídios .....	657
7.4.2.1. Subsídios acionáveis .....	658
7.4.2.2. Subsídios não acionáveis .....	659
7.4.3. Triangulação. ....	660
7.5. Instrumentos de defesa comercial .....	661
7.5.1. Medidas ou direitos <i>antidumping</i> . ....	665
7.5.2. Medidas compensatórias .....	666
7.5.3. Medidas de salvaguarda. ....	666
7.5.4. Medidas <i>anticircumvention</i> . ....	670
7.6. Jurisprudência selecionada. ....	671
7.7. Listagem de exercícios. ....	674

<b>Capítulo VIII – Direito Econômico Internacional: Direito de Desenvolvimento Científico e Tecnológico .....</b>	<b>681</b>
8.1. Introdução .....	681
8.2. O Direito do desenvolvimento. ....	681
8.2.1. O Direito Internacional, o Direito Econômico e o desenvolvimento .....	684
8.2.2. Do Direito do Desenvolvimento e do Direito ao desenvolvimento .....	686
8.2.3. Do desenvolvimento como instrumento de Justiça Econômica .....	690
8.3. Da ciência e da tecnologia .....	691
8.4. Da inovação tecnológica .....	692
8.5. Do impacto da evolução tecnológica na história da humanidade .....	692
8.5.1. Da primeira Revolução Industrial. ....	692



8.5.2. Da segunda Revolução Industrial . . . . .	693
8.5.3. Da terceira Revolução Industrial . . . . .	694
8.6. Do impacto da inovação tecnológica nas relações econômicas . . . . .	694
8.7. Do impacto da inovação tecnológica nas relações sociais . . . . .	695
8.8. Conclusões parciais . . . . .	696
8.9. A regulação estatal no Setor de Ciência e Tecnologia . . . . .	697
8.10. Da Constituição da República Federativa do Brasil . . . . .	697
8.11. Da legislação infraconstitucional . . . . .	698
8.11.1. Do tratamento normativo da ciência e da tecnologia . . . . .	698
8.11.1.1. Dos elementos subjetivos da lei . . . . .	699
8.11.1.2. Dos aspectos objetivos da lei . . . . .	699
8.12. Dos aspectos contratuais da Lei de Ciência e Tecnologia . . . . .	700
8.12.1. Dos contratos de estímulo acadêmico . . . . .	700
8.12.2. Dos contratos de estímulo empresarial . . . . .	701
8.12.3. Do contrato de estímulo inventor independente . . . . .	701
8.13. Dos recursos para a pesquisa e o fomento para a ciência e a tecnologia . . . . .	702
8.14. Dos entes reguladores do Setor de Ciência e Tecnologia . . . . .	702
8.14.1. Do Ministério de Ciência e Tecnologia . . . . .	702
8.14.2. Do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq . . . . .	703
8.14.3. Da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP . . . . .	703
8.14.4. Da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES . . . . .	703
8.15. Conclusões parciais . . . . .	703
8.16. Da transferência e da inovação tecnológica . . . . .	704
8.17. Do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI . . . . .	704
8.17.1. Patentes . . . . .	705
8.17.2. Marcas . . . . .	705
8.17.3. <i>Software</i> . . . . .	705
8.17.4. Desenho industrial . . . . .	706
8.18. Indicação geográfica . . . . .	706
8.19. Do contrato de transferência . . . . .	706
8.19.1. Tipos de contrato . . . . .	706
8.19.1.1. Licença de direitos . . . . .	706
8.19.1.2. Aquisição de conhecimentos tecnológicos . . . . .	707
8.19.1.3. Franquia . . . . .	707
8.20. Conclusões parciais . . . . .	707
8.21. As incubadoras de empresas . . . . .	708
8.21.1. Origens . . . . .	708
8.21.2. Tipos . . . . .	709

8.21.3. Funcionamento. . . . .	709
8.21.4. Conclusões parciais . . . . .	710
8.22. Conclusões finais . . . . .	710
8.23. Listagem de exercícios. . . . .	711
<b>Capítulo IX – Direito Penal Econômico . . . . .</b>	<b>715</b>
9.1. Evolução . . . . .	715
9.2. Objeto do Direito Penal Econômico . . . . .	716
9.3. Base normativa. . . . .	717
9.4. Princípios do Direito Penal Econômico. . . . .	718
9.5. Crimes contra a economia popular . . . . .	719
9.6. Crimes contra a ordem tributária . . . . .	725
9.7. Crimes contra a ordem financeira . . . . .	726
9.8. Crimes contra o mercado de valores mobiliários. . . . .	727
9.8.1. Do uso indevido de informação privilegiada: a figura do <i>insider</i> . . . . .	727
9.8.1.1. Da figura do <i>insider</i> no Direito Comparado . . . . .	732
9.8.1.2. Do Direito norte-americano . . . . .	733
9.8.1.3. Do Direito francês . . . . .	734
9.8.1.4. Do Direito inglês . . . . .	735
9.8.1.5. Direito pátrio. . . . .	735
9.8.2. Manipulação do mercado . . . . .	736
9.8.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função . . . . .	737
9.9. Crimes contra a ordem previdenciária . . . . .	737
<b>Capítulo X – Filosofia do Direito: Justiça Econômica . . . . .</b>	<b>739</b>
10.1. O pensamento de Platão e de Aristóteles . . . . .	742
10.2. O pensamento de Agostinho e Tomás de Aquino . . . . .	745
10.3. O pensamento econômico clássico . . . . .	750
10.4. A influência das doutrinas sociais no pensamento econômico. . . . .	757
10.4.1. A doutrina social canônica . . . . .	759
10.4.2. O socialismo materialista. . . . .	762
10.5. Pensamento econômico e jurídico contemporâneo . . . . .	767
10.6. Do pensamento de John Rawls e sua influência na Justiça Econômica. . . . .	772
10.6.1. A Justiça na visão de John Rawls. . . . .	774
10.6.2. A posição original e o contratualismo social . . . . .	776
10.6.2.1. O exercício das liberdades fundamentais . . . . .	779
10.6.2.2. O princípio da diferença e igualdade . . . . .	782
10.6.2.3. A relação da Justiça com o Direito . . . . .	783

10.6.2.4. A desobediência civil e as leis injustas . . . . .	785
10.6.2.5. A noção de objeção de consciência. . . . .	787
10.6.2.6. O princípio da participação e a regra da maioria . . . . .	788
10.6.3. A economia como instrumento de Justiça . . . . .	789
10.6.4. O papel das instituições sociais como instrumentos de Justiça . . . . .	791
10.6.5. O pacto entre gerações e o princípio social da poupança . . . . .	793
10.7. As críticas e a resposta de Rawls . . . . .	795
10.7.1. As críticas comunitaristas . . . . .	796
10.7.2. As críticas libertarianas . . . . .	798
10.7.3. As críticas procedimentalistas . . . . .	799
10.7.4. A resposta de Rawls . . . . .	800
10.8. A visão de Sen sobre as teorias de Rawls e a Justiça. . . . .	802
10.9. A Justiça Econômica . . . . .	804
10.10. Listagem de exercícios. . . . .	808
<b>Bibliografia . . . . .</b>	<b>813</b>
<b>Gabaritos . . . . .</b>	<b>821</b>